

À Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente,

Senhor Presidente,

- 1) Considerando que o último período de chuvas ocorrido entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 vitimou centenas de famílias em todo o Estado de São Paulo, especialmente na Região Metropolitana;
- 2) Considerando que de acordo com a Secretaria de Segurança Urbana, São Paulo tem, atualmente, 175,5 mil moradias localizadas em 494 áreas de perigo iminente de deslizamentos e solapamentos de margens de córregos, das quais 11,6 mil estão em áreas de altíssimo risco;
- 3) Considerando que o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima da ONU) demonstrou que as chuvas fortes no mundo já são 0,3 vezes mais frequentes e 6,7% mais intensas e que em um cenário extremo, de aumento de 4°C na temperatura média global, a precipitação pode se tornar 30,2% maior e a frequência —cuja média global é de uma chuva forte por década— pode quase triplicar, chegando a 2,7 ocorrências no mesmo período;
- 4) Considerando que, apesar de exigido pela lei do Plano Diretor Estratégico (2014) há cinco anos, a cidade de São Paulo ainda não tem um Plano Municipal de Redução de Riscos, com análise, caracterização e dimensionamento tanto das áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento quanto das famílias que vivem nessas regiões — inexistência que virou motivo para abertura de inquérito pelo Ministério Público de São Paulo;
- 5) Considerando, ainda, o Projeto de Lei n. 35 de 2022, enviado pelo Prefeito Ricardo Nunes para tramitação nesta Casa que disciplina o procedimento administrativo de avaliação e indenização de construções utilizadas para fins residenciais e não residenciais havidas em assentamentos urbanos de interesse social;

REQUEIRO, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com representantes das Secretarias Municipais de Habitação, Licenciamento e Urbanismo, Infraestrutura Urbana e Obras, bem como representantes de movimentos sociais de moradia e afetados pelas catástrofes recentes, de modo que possamos tratar das questões atinentes ao PL 35/2022.

Sala das Comissões,

VEREADORA SILVIA DA BANCADA FEMINISTA